

GESTÃO DE SISTEMAS DE JUSTIÇA E DE MECANISMOS DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO - MESTRADO PROFISSIONAL

DISCIPLINAS DO CURSO				
DISCIPLINA	DOCENTE	CH	CRED.	NATUREZA
Acesso à justiça multiportas, desjudicialização e tecnologia	Antônio Adonias Aguiar Bastos	60	4	Obrigatória
Federalismo, administração judiciária e processo	Paula Sarno Braga	60	4	Obrigatória
Tendências contemporâneas para a administração da justiça no Brasil	Fredie Didier Jr.	60	4	Obrigatória
Ateliê de Pesquisa Científica e Produção de produtos técnico-científicos	Ana Thereza Meirelles	60	4	Obrigatória
Planejamento contratual e cláusulas para design de procedimentos	Antonio do Passo Cabral	60	4	Obrigatória

Linha 01 – Cooperação e autonomia da vontade na efetivação de direitos, e acesso à Justiça Multiportas				
DISCIPLINA	DOCENTE	CH	CRED.	NATUREZA
Gestão consensual e cooperativa de conflitos envolvendo o Poder Público	Lorena Miranda	30	2	Não Obrigatória
Técnicas e instrumentos judiciais e negociais de flexibilização do procedimento.	Társis Silva de Cerqueira	30	2	Não Obrigatória
Mecanismos de gestão e solução de conflitos sanitários	Mônica Aguiar	30	2	Não Obrigatória
Arbitragem de Disputas Empresariais	Gabriel Seijo	30	2	Não Obrigatória
Inovação e Estratégias para a Administração Judiciária	Maria Angela	30	2	Não Obrigatória
Instrumentos de ampliação da participação democrática nos processos	Claudia Albagli Nogueira	30	2	Não Obrigatória
Sistema de Justiça e Eficácia das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos	Thiago Borges	30	2	Não Obrigatória

Linha 02 – Administração Judiciária: estrutura e gestão da Justiça e dos processos

DISCIPLINA	DOCENTE	CH	CRED.	NATUREZA
A prática e gerenciamento dos processos constitucionais	Gabriel Dias Marques da Cruz	30	2	Não Obrigatória
Atuação dos órgãos de controle e produção extrajudicial de provas	Robson Godinho	30	2	Não Obrigatória
Abertura e diálogo na efetivação de direitos fundamentais e Tribunais Superiores	Dirley Cunha	30	2	Não Obrigatória
Gestão de casos repetitivos e inteligência artificial	Marcus Seixas	30	2	Não Obrigatória
Inovação e estratégias para a administração judiciária	Maria Ângela	30	2	Não Obrigatória
O Conselho Nacional de Justiça na estrutura e na dinâmica da Justiça no Brasil	Leandro Fernandez	30	2	Não Obrigatória

COMPONENTE CURRICULAR	DOCENTE	CH	CRED.	NATUREZA
Trabalho de Conclusão do Curso		90	6	Obrigatória
O curso terá um total de 30 créditos e carga horária de 450 horas.				

DISCIPLINAS OBRIGATORIAS

Nome: Acesso à justiça multiportas, desjudicialização e tecnologia	
CH: 60h	CR: 04
Ementa: Novos direitos. Sociedade de risco. Sociedade da informação. Acesso à Justiça. Justiça Multiportas. Meios adequados de solução de conflitos. Jurisdição estatal, arbitragem, mediação, conciliação e negociação. Desjudicialização da solução dos conflitos. Métodos extrajudiciais e resolução pré-processual de conflitos. Novas tecnologias da informação e comunicação. A revolução 4.0. Inteligência artificial aplicada à resolução dos conflitos. Plataformas de resoluções online de disputas (ODR). Mecanismos de inclusão digital. Análise preditiva da jurisprudência. Limites éticos da inteligência artificial.	

Nome: Federalismo, administração judiciária e processo	
CH: 60h	CR: 04
Ementa: Federalismo cooperativo e simétrico e a reestruturação do Judiciário brasileiro. Transfederalismo. A subsidiariedade na repartição e exercício de competências estatais. Produção de leis estaduais e federais sobre processo e administração judiciária. Análise prática de ADINS e precedentes do STF em torno da constitucionalidade de leis sobre processo e administração judiciária. A viabilidade de produção de leis municipais de processo. A construção e reconstrução de procedimentos à luz do princípio federativo. Interpretação da legislação de processo e de organização judiciária à luz do pacto federativo. Exercício regular das competências jurisdicionais em Estado Federal. O STF e o cabimento do Recurso Extraordinário - Tensões federativas. Produção de atos regulamentares sobre procedimentos e organização da justiça em contexto federativo. Órgãos do Judiciário: criação, estrutura e a representatividade dos estados federados.	

Nome: Tendências contemporâneas para a administração da justiça no Brasil	
CH: 60h	CR: 04
Ementa: Administração judiciária e administração de justiça. Direito Processual. Justiça multiportas. Expansão da consensualidade. Direito fundamental a uma boa administração da justiça. Cooperação judiciária. Negócios processuais. Regimento Interno dos tribunais. Litigância repetitiva. Conselho Nacional de Justiça. Tendências contemporâneas.	

Nome: Ateliê de Pesquisa Científica e Produção de produtos técnico-científicos	
CH: 60h	CR: 04
Ementa: BASE TEÓRICA: Pesquisa jurídica e noções aplicadas ao Mestrado Profissional. Construção da pesquisa científica e da produção técnica. Aportes metodológicos contemporâneos aplicados a todos os tipos de pesquisa. Método Científico. Abordagens qualitativa e quantitativa. Conceitos e técnicas para proceder à busca de material bibliográfico, revisão bibliográfica, leitura e escrita de projetos, relatórios e artigos científicos. Técnicas de levantamento, coleta e análise de dados. Projeto de pesquisa. Artigo científico. Regras de conformação formal da pesquisa e da produção técnica. Possibilidades em publicação científica. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS: A pesquisa como produtora do conhecimento e como instrumento de intervenção. Projetos de Intervenção e Produtos técnicos: possibilidades e potencial de inovação. Conceitos e técnicas para preparação de projetos e produtos de pesquisa que formalizem práticas inovadoras juridicamente sofisticadas e ainda pouco exploradas pela literatura nacional. Etapas de uma pesquisa científica. Elementos constitutivos de um projeto de pesquisa compreendendo qual sua importância e articulando à produção do Projeto de Intervenção e seus produtos técnicos e científicos. Métodos Ágeis de desenvolvimento de Projetos. Elaboração e desenvolvimento de uma investigação em um	

Projeto de Intervenção com geração de produtos técnicos e científicos: Definição, desenvolvimento e aplicação.

Nome: Planejamento contratual e cláusulas para design de procedimentos

CH: 60h

CR: 04

Ementa: Convenções processuais: conceito, classificações. Fundamentos da negociação processual. Finalidades e papel estratégico. Contrato e convenção processual: a antecipação da litigância. O papel do juiz diante dos negócios processuais das partes. Homologação e controle. Deveres de fomento. Cumprimento das convenções em processo primário e secundário. Desenho das cláusulas convencionais no contrato. Pré-ordenação para evitar nulidades. Prática das convenções processuais em espécie. Negócios processuais sobre recursos, prova, execução.

ELETIVAS

Linha 01 – Cooperação e autonomia da vontade na efetivação de direitos, e acesso à Justiça Multiportas

Nome: Gestão consensual e cooperativa de conflitos envolvendo o Poder Público

CH: 30h

CR: 02

Ementa: Consensualidade administrativa: considerações históricas. Participação processual democrática e o modelo cooperativo de processo do CPC/2015. Gestão cooperativa de conflitos envolvendo o Poder Público: Gestão cooperativa de processos administrativos, gestão cooperativa de conflitos e precedentes judiciais obrigatórios, gestão cooperativa de conflitos e precedentes administrativos. Gestão consensual de conflitos envolvendo o Poder Público: Solução consensual de conflitos como política pública, meios adequados de solução de conflitos envolvendo o Poder Público, convenções processuais e poder público, execução negociada de políticas públicas, precedentes administrativos e reflexos na gestão consensual de conflitos. O advogado público e seu papel na gestão cooperativa e consensual de conflitos: A importância da consultoria jurídica para a concretização da atuação administrativa consensual; gestão, pelo advogado público, de conflitos judicializados. Estudo de caso e discussão de propostas concretas para o desenvolvimento de um modelo cooperativo e consensual de gestão de conflitos envolvendo o Poder Público (proposta de alteração de regimento interno de órgão de advocacia pública e/ou de criação de outros atos normativos, desenvolvimento de minutas de protocolos institucionais e de convenções processuais, propostas práticas para viabilizar a publicização de precedentes administrativos, sua uniformização ou procedimentos para a sua harmonização com precedentes judiciais obrigatórios, confrontação e análise comparativa de precedentes administrativos de entes públicos diversos, dentre outros possíveis contributos práticos tendentes ao aprimoramento da atuação cooperativa e consensual de órgãos e entidades).

Nome: Técnicas e instrumentos judiciais e negociais de flexibilização do procedimento.

CH: 30h

CR: 02

Ementa: Procedimento comum: funcionamento e deficiências. Procedimentos especiais: funcionamento e deficiências. Técnicas de concretização da tutela jurisdicional diferenciada. Interrelação, intercâmbio e transporte de técnicas entre os procedimentos. Mecanismos de Flexibilização procedimental judicial e consensual. Adequação e Adaptação do procedimento.

Nome: Mecanismos de gestão e solução de conflitos sanitários

CH: 30h

CR: 02

Ementa: A judicialização da saúde no Brasil: ineficácia, impactos e necessidade de outras soluções.

Impasses socio sanitários e suas repercussões na judicialização. O Sistema Único de Saúde e o dilema da universalização. Meios extrajudiciais de resolução de conflitos. Eficácia das normativas do Conselho Nacional de Justiça.

Nome: Arbitragem de Disputas Empresariais	
CH: 30h	CR: 02
Ementa: Teoria geral da arbitragem. Negociação e elaboração de convenções arbitrais. Definição e condução do procedimento arbitral. Atuação processual e extraprocessual do advogado, do árbitro e da instituição arbitral. Estratégias processuais. Interações com o Judiciário. Arbitragem de disputas domésticas e internacionais. Arbitragem de disputas societárias. Arbitragem de disputas contratuais. Arbitragem de commodities. Arbitragem de investimento. Arbitragem e processos de recuperação e falência.	

Nome: Inovação e Estratégias para a Administração Judiciária	
CH: 30h	CR: 02
Ementa: Missão Institucional e Visão Institucional do Judiciário. Conceitos Centrais de Estratégia (principais correntes teóricas), Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica. Principais elementos do Planejamento Estratégico. O modelo Balanced Scorecard (BSC) e sua estrutura como ferramenta de controle da aplicação do planejamento e atuação dos órgãos do Judiciário (ou de outros órgãos ou funções essenciais ao funcionamento do Judiciário) na administração da justiça. Conceitos de Inovação. Evolução conceitual e teórica da relação entre Ciência, Tecnologia, Inovação, com foco na atuação dos órgãos de justiça. Estratégias e Difusão da Inovação. Inovação e Competitividade. LGPD e seu impacto na estratégia e inovação do poder judiciário. Planejamento e Gestão do Processo de Inovação Estratégica e boas práticas no Sistema Judiciário. Estratégia e Inovação na Justiça 4.0: Aspectos estratégicos da Transformação Digital do Poder Judiciário e relação com as boas práticas, de acordo com o CNJ.	

Nome: Instrumentos de ampliação da participação democrática nos processos	
CH: 30h	CR: 02
Ementa: Pós-modernidade jurídica e a cooperação social. Instrumentos de ampliação democrática dos processos: audiências públicas e termo de ajustamento de conduta. Estratégias negociais para participação em audiências públicas. Estratégias negociais para atuação na formação do termo de ajustamento de conduta. Regime colaborativo nos processos e a técnica da comunicação não-violenta. O papel do judiciário frente à ampliação democrática do processo: gestão para consensualidade e legitimidade das decisões.	

Nome: Sistema de Justiça e Eficácia das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos	
CH: 30h	CR: 02
Ementa: Direitos Humanos. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). 1.2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Jurisdição Internacional. Sentenças internacionais e seus efeitos. Casos julgados pela Corte Interamericana envolvendo o Brasil. Obrigações de fazer e não fazer. Relatórios de cumprimento de sentença da Corte Interamericana. Direitos humanos e o papel do Sistema de Justiça..Unidade de Monitoramento de Fiscalização de decisões e deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CNJ/UMF-CtIDH). Elaboração de propostas estratégicas para o cumprimento das obrigações internacionais pelo Sistema de Justiça brasileiro.	

Linha 02 – Administração Judiciária: estrutura e gestão da Justiça e dos processos

Nome: A prática e gerenciamento dos processos constitucionais	
CH: 30h	CR: 02

Ementa: A prática e o gerenciamento dos processos constitucionais na Constituição Federal de 1988: Características e peculiaridades dos processos de controle difuso-incidental de constitucionalidade: Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Habeas Data. A prática e o gerenciamento constitucional do Recurso Extraordinário. A prática e o gerenciamento dos processos constitucionais das Ações Coletivas: Ação Popular e Ação Civil Pública. Características e peculiaridades dos processos de controle concentrado-principal de constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, Ação Declaratória de Constitucionalidade, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. A prática e o gerenciamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva. Análise de casos selecionados da jurisprudência brasileira e de suas principais controvérsias práticas no âmbito dos processos constitucionais.

Nome: Atuação dos órgãos de controle e produção extrajudicial de provas

CH: 30h

CR: 02

Ementa: Evolução histórica do controle processual da Administração. As múltiplas posições do Ministério Público no processo brasileiro. O desenho normativo do processo coletivo brasileiro. Tendências legislativas no Brasil e no direito comparado. A autocomposição no processo coletivo. Negócios processuais. O microsistema de combate à corrupção. Processos estruturais. A Investigação não penal: o inquérito civil. A produção extrajudicial de provas. Direito autônomo à prova.

Coletivização da Prova. Prova emprestada. A gestão da prova: técnicas, limites e possibilidades.

Nome: Abertura e diálogo na efetivação de direitos fundamentais e Tribunais Superiores

CH: 30h

CR: 02

Ementa: STF, Tribunais superiores, e formas de diálogo e relacionamento com os tribunais intermediários. A relação entre o STF e os Tribunais Superiores. Os instrumentos de abertura e acesso do cidadão ao STF e Tribunais Superiores. Audiências públicas nos Tribunais Superiores. As estratégias de diálogo entre o STF e os Poderes Legislativo e Executivo da União e os mecanismos de efetividade dos Direitos Fundamentais. Práticas de efetivação e divulgação dos direitos fundamentais (e precedentes a seu respeito).

Nome: Gestão de casos repetitivos e inteligência artificial

CH: 30h

CR: 02

Ementa: Casos repetitivos: aspectos processuais, econômicos e tecnológicos; Técnicas processuais para casos repetitivos no Direito comparado: causa-piloto e causa-modelo; Microsistema de julgamento de casos repetitivos; Incidente de resolução de demandas repetitivas; Recursos especiais e extraordinários repetitivos; Gestão de casos repetitivos e o uso de novas tecnologias; Parâmetros recomendados para o uso de inteligência artificial pelo Poder Judiciário; Riscos de discriminação algorítmica no uso de inteligência artificial; Benefícios do uso de inteligência artificial na gestão de casos repetitivos.

Nome: Inovação e estratégias para a administração judiciária

CH: 30h

CR: 02

Ementa: Missão Institucional e Visão Institucional do Judiciário. Conceitos Centrais de Estratégia (principais correntes teóricas), Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica. Principais elementos do Planejamento Estratégico. O modelo Balanced Scorecard (BSC) e sua estrutura como ferramenta de controle da aplicação do planejamento e atuação dos órgãos do Judiciário (ou de outros órgãos ou funções essenciais ao funcionamento do Judiciário) na administração da justiça. Conceitos de Inovação. Evolução conceitual e teórica da relação entre Ciência, Tecnologia, Inovação, com foco na atuação dos órgãos de justiça. Estratégias e Difusão da Inovação. Inovação e Competitividade. LGPD e seu impacto na estratégia e inovação do poder judiciário. Planejamento e Gestão do Processo de Inovação Estratégica e boas práticas no Sistema Judiciário.

Estratégia e Inovação na Justiça 4.0: Aspectos estratégicos da Transformação Digital do Poder Judiciário e relação com as boas práticas, de acordo com o CNJ.

Nome: O Conselho Nacional de Justiça na estrutura e na dinâmica da Justiça no Brasil	
CH: 30h	CR: 02
Ementa: A Perspectiva Judicial Do Direito Fundamental À Boa Administração: A Boa Administração Da Justiça. Conselhos de Justiça no Direito Comparado. O Conselho Nacional de Justiça: Histórico, Composição, Competências e Evolução de Suas Funções na Administração da Justiça Brasileira. A Competência Normativa do Conselho Nacional de Justiça. O Papel das Resoluções e das Recomendações da Administração da Justiça e no Processo. Novas Questões sobre Administração da Justiça à Luz da Teoria das Capacidades Institucionais. Política de Gestão da Inovação no Poder Judiciário. Boas Práticas Judiciárias e o Conselho Nacional de Justiça. O Código de Ética da Magistratura (Resolução CNJ N. 60/2008) e o Direito Processual. Institutos Regulamentados pelo Conselho Nacional de Justiça e sua Importância para a Administração da Justiça.	